

ETA para comunidades e indústrias: do laudo ao processo

Como a qualidade da água bruta define o tratamento e o que a Portaria GM/MS nº 888/2021 exige na saída

A estação de tratamento de água (ETA) não é escolhida pela vazão apenas. Duas captações com a mesma vazão podem exigir processos completamente diferentes, porque o que define a sequência de tratamento é a qualidade da água bruta ao longo do ano. Este guia mostra como ler o laudo, quando a filtração direta é suficiente, quando é preciso tratamento completo, como tratar ferro e manganês e o que é exigido da água tratada para consumo humano.

1. O que cada parâmetro do laudo indica

Parâmetro	O que indica	Efeito no processo
Turbidez (uT)	Partículas em suspensão: argila, silte, matéria orgânica, microrganismos	Valores altos ou picos na cheia pedem coagulação, floculação e decantação antes dos filtros
Cor verdadeira e aparente (uH)	Substâncias dissolvidas, sobretudo húmicas, além de ferro e manganês	Cor verdadeira alta exige coagulação mesmo com turbidez baixa; não é removida só por filtração
Ferro e manganês (mg/L)	Comuns em água de poço; dissolvidos na ausência de oxigênio	Exigem oxidação (aeração e/ou oxidante químico) e filtração
pH e alcalinidade	Agressividade da água e capacidade de tamponamento	Definem a dosagem do coagulante e a correção de pH antes e depois do tratamento
Coliformes totais e E. coli	Contaminação de origem fecal ou ambiental	Toda água para consumo humano exige desinfecção; contaminação alta reforça as barreiras anteriores
Cianobactérias	Florações em lagos, represas e trechos de baixa correnteza	Monitoramento específico e cuidados no uso de oxidantes antes da clarificação
Odor, gosto e gás sulfídrico	Matéria orgânica em decomposição; em poços, ambiente redutor	Podem exigir aeração e, em alguns casos, adsorção em carvão ativado

2. Filtração direta ou tratamento completo

Filtração direta é a coagulação seguida diretamente da filtração, sem decantação. Funciona quando turbidez e cor se mantêm baixas e estáveis durante todo o ano, inclusive na cheia. **Tratamento completo** (ciclo convencional) acrescenta floculação e decantação, que retiram a maior parte dos sólidos antes dos filtros e permitem tratar água de qualidade variável.

Etapa	Função	Observações de projeto
Coagulação	Mistura rápida do coagulante (sulfato de alumínio, PAC ou cloreto férrico) para desestabilizar partículas	Dosagem definida em ensaio de jarteste com a água real
Floculação	Agitação lenta para formar flocos sedimentáveis	Gradiente de velocidade e tempo de detenção conforme ABNT NBR 12216
Decantação	Remoção dos flocos por sedimentação	Gera lodo, que precisa de destino previsto no projeto
Filtração	Retenção das partículas remanescentes em leito filtrante	Lavagem periódica; a água de lavagem também precisa de destino
Desinfecção	Inativação de microrganismos, em geral por cloração	Tempo de contato e residual na saída conforme a Portaria

Etapa	Função	Observações de projeto
Correção de pH e fluoretação	Estabilidade da água na rede e saúde bucal	Fluoretação quando exigida para o sistema de abastecimento

A decisão não sai de um único número. A escolha entre filtração direta e tratamento completo depende da série de resultados ao longo do ano e do ensaio de tratabilidade (jarteste). Um laudo isolado, coletado na estiagem, pode indicar filtração direta para um manancial que, na cheia, só será tratado com decantação.

3. Ferro e manganês: desferrização e aeração

Em água subterrânea, o ferro e o manganês costumam estar dissolvidos, invisíveis na coleta. Ao entrar em contato com o ar ou com o cloro, oxidam e precipitam, causando cor amarelada, manchas em louças e roupas, depósitos nas tubulações e consumo de cloro. O tratamento usual combina:

- **aeração** (bandejas, cascata ou aeradores), que oxida o ferro e libera gás carbônico e gás sulfídrico;
- **tempo de contato** para completar a oxidação e formar o precipitado;
- **oxidante químico** quando necessário, especialmente para o manganês, que oxida muito mais lentamente e depende do pH; a aeração sozinha, em geral, não o remove;
- **filtração** para reter os precipitados, seguida de correção de pH e desinfecção.

Clorar diretamente água com ferro dissolvido, sem etapa de remoção, desloca o problema para a caixa d'água e para a rede.

4. Poço ou manancial superficial

Aspecto	Poço (água subterrânea)	Rio, igarapé ou lago (superficial)
Turbidez	Em geral baixa e estável	Variável; picos nas chuvas e na cheia
Problemas típicos	Ferro, manganês, gás carbônico, pH baixo, gás sulfídrico	Turbidez, cor húmica, coliformes, algas e cianobactérias
Processo usual	Aeração, filtração, correção de pH e desinfecção	Tratamento completo ou filtração direta, conforme o laudo
Vazão	Limitada pela vazão do poço (teste de bombeamento)	Limitada pela vazão de estiagem e pela outorga
Licenças	Outorga de captação subterrânea, ou dispensa de outorga para usos considerados insignificantes, conforme o órgão gestor	Outorga de captação superficial, ou dispensa de outorga para usos considerados insignificantes, conforme o órgão gestor

5. Sazonalidade: cheia e estiagem

Na Amazônia, a qualidade da água superficial muda de forma marcante entre cheia e estiagem. Na cheia, a turbidez e a carga de matéria orgânica aumentam; nos igarapés de água escura, a cor húmica é alta e o pH é ácido mesmo com turbidez baixa, o que exige coagulação. Na estiagem, a vazão disponível cai, o nível pode descer abaixo da tomada d'água e lagos e trechos lentos ficam sujeitos a florações de algas. O projeto deve considerar as duas condições: a captação na cota mínima, a vazão na estiagem e o processo dimensionado para a pior qualidade esperada.

6. O que a Portaria GM/MS nº 888/2021 exige na saída

A Portaria GM/MS nº 888/2021 estabelece o padrão de potabilidade da água para consumo humano. Os pontos que mais influenciam o projeto e a operação de uma ETA são:

Requisito	Referência
Turbidez	Até 5 uT na água distribuída. Para a água filtrada, na saída de cada filtro, há metas mais restritivas, conforme o Anexo da Portaria e o tipo de filtração
Cloro residual livre	Mínimo de 0,2 mg/L em toda a extensão do sistema de distribuição (ou 2 mg/L de cloro residual combinado, ou 0,2 mg/L de dióxido de cloro), conforme o art. 32; o valor máximo permitido para cloro residual livre é de 5 mg/L. Na operação, residuais acima de cerca de 2 mg/L tendem a causar rejeição por gosto e odor

Requisito	Referência
Escherichia coli	Ausência em 100 mL
Desinfecção	Tempo de contato mínimo em função do desinfetante, da concentração, do pH e da temperatura, conforme o Anexo da Portaria
Demais parâmetros	Cor aparente, ferro, manganês, substâncias químicas, cianotoxinas e outros: valores máximos permitidos conforme o Anexo da Portaria
Plano de amostragem	Número e frequência de análises definidos pela Portaria, conforme o tipo de manancial e a população abastecida

Sistemas de comunidades, condomínios e indústrias que fornecem água para consumo humano podem ser enquadrados como sistema de abastecimento de água (SAA), quando há rede de distribuição, ou como solução alternativa coletiva (SAC), quando não há. Em ambos os casos, há responsável pelo controle da qualidade da água, com responsável técnico habilitado, cadastro junto à vigilância em saúde do município (no caso de SAC, com autorização prévia para início da operação) e registro dos resultados. Para água industrial de processo (caldeiras, resfriamento, alimentos), a especificação é definida pelo uso, e a Portaria continua valendo para a água servida aos trabalhadores.

7. Checklist do laudo da água bruta

☐ Turbidez	☐ Cor aparente e cor verdadeira
☐ pH e alcalinidade total	☐ Ferro total e ferro dissolvido
☐ Manganês total	☐ Dureza total
☐ Condutividade e sólidos dissolvidos totais	☐ Coliformes totais e <u>E. coli</u>
☐ Nitrato e nitrogênio amoniacal	☐ Cloretos
☐ Odor e gosto; presença de gás sulfídrico (poço)	☐ Cianobactérias (manancial superficial parado ou lento)
☐ Laboratório com análises em métodos reconhecidos preferencialmente acreditado	☐ Data, horário e ponto exato da coleta coordenadas e profundidade da tomada
☐ Pelo menos uma coleta na cheia e uma na estiagem para manancial superficial	☐ Teste de bombeamento do poço vazão, nível estático e dinâmico
☐ Usos e fontes de poluição a montante esgoto, agricultura, mineração	☐ Amostra para ensaio de jarteste, quando solicitado

Como a YBA pode ajudar. A YBA projeta e fornece estações de tratamento de água em PRFV, com dimensionamento conforme a ABNT NBR 12216 e o padrão de potabilidade da Portaria GM/MS nº 888/2021. A partir do laudo da água bruta, da vazão necessária e do tipo de manancial, a equipe técnica indica o processo adequado e as análises complementares necessárias.

WhatsApp (91) 99316-4975 E-mail yba@ybaengenharia.com.br Site ybaengenharia.com.br

Material de orientação técnica. Não substitui projeto elaborado por profissional habilitado com responsabilidade técnica registrada. YBA Consultoria e Engenharia Ltda. · CNPJ 61.236.235/0001-71 · Av. Joaquim Pereira de Queiroz, 3255, Cajueiro, Benevides/PA, CEP 68795-000.